

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8037934-35.2023.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE/ADVOGADA: EDLENE ALMEIDA TELES DIAS ARGOLLO – OAB/BA 28620 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA. PACIENTE: WELIGTON DOS SANTOS SILVA PROCURADORA DE JUSTIÇA: MÁRCIA LUZIA GUEDES DE LIMA EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 121, § 2º, I (MOTIVO TORPE) E IV (DE EMBOSCADA E RECURSO QUE DIFICULTE OU TORNE IMPOSSÍVEL A DEFESA DO OFENDIDO), DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, E ART. 35 DA LEI Nº. 11.343/2006, NA FORMA DO ART. 69 (CONCURSO MATERIAL) DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. 1 – ALEGAÇÃO DE EXCESSO PRAZAL. NÃO CONSTATAÇÃO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO (ART. 5º, LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO PENAL. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE ACUSADOS. DENÚNCIA OFERECIDA E RECEBIDA, RESPECTIVAMENTE, EM 27/10/2020 E 19/01/2021. ORDENADA A NOTIFICAÇÃO DO PACIENTE E DOS CORRÉUS. PACIENTE FORAGIDO EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. MANDADO DE PRISÃO CUMPRIDO SOMENTE EM 06/04/2021. APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA. DESIGNADA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA O DIA 14/10/2021. REAGENDADA PARA DAR CONTINUIDADE. NÃO REALIZAÇÃO. DENUNCIADOS NÃO FORAM APRESENTADOS PELO PRESÍDIO. REDESIGNADA PARA 16/02/2022 E, EM SEGUIDA, REAGENDADAS PARA 20/05 E 14/06/2022. ATUALMENTE, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO MARCADA PARA O DIA 21/08/2023. DESÍDIA ESTATAL NÃO DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO. 2 – CONCLUSÃO: ORDEM DENEGADA. Vistos, relatados e discutidos os Autos de HABEAS CORPUS autuado sob nº. 8037934-35.2023.8.05.0000, tendo EDLENE ALMEIDA TELES DIAS ARGOLLO – OAB/BA 28620, como Impetrante e, na condição de Paciente, WELIGTON DOS SANTOS SILVA, os eminentes Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Criminal – 1ª Turma Julgadora – do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, ACORDAM, conforme certidão de julgamento, para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator, conforme certidão de julgamento. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 4 de Setembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8037934-35.2023.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE/ADVOGADA: EDLENE ALMEIDA TELES DIAS ARGOLLO – OAB/BA 28620 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA. PACIENTE: WELIGTON DOS SANTOS SILVA PROCURADORA DE JUSTIÇA: MÁRCIA LUZIA GUEDES DE LIMA RELATÓRIO Trata-se de HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, com pedido liminar, impetrado por EDLENE ALMEIDA TELES DIAS ARGOLLO – OAB/BA 28620, em favor de WELIGTON DOS SANTOS SILVA, já qualificado na exordial, por ato supostamente praticado pelo Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio de Jesus/BA. Segundo se infere dos fólios, naquele juízo tramita a Ação Penal nº. 0500651-54.2020.8.05.0229, em razão da suposta autoria da prática delitiva tipificada no art. 121, § 2º, I (motivo torpe) e IV (de emboscada e recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), do Código Penal Brasileiro, e art. 35 da Lei nº. 11.343/2006, na forma do art. 69 (concurso material) do Código Penal Brasileiro. Narrou a Impetrante que o Paciente encontra-se preso preventivamente, sendo que há excesso prazal na formação da culpa, haja vista que já foram “09 (nove) remarcações de audiência de instrução, apenas esse ano de 2021, e até o presente dia, sem a sua finalização, completando mais de 365 (cento e sessenta dias), sem a

finalização dessa fase processual (instrução)” (sic). Alegou, também, que “a primeira audiência foi marcada para 14/10/2021, sendo que esta nem acontecerá pois por ato ordinário, anexo fora redesignada para 24/10/2022 as 14:00 horas, sem justificativa perfazendo a 11ª audiência sem nem estar perto de finalizar a instrução” (sic), encontrando-se a Vara Criminal sem juiz titular. Por fim, sustentou que o Paciente encontra-se submetido a constrangimento ilegal, requerendo, liminarmente, o relaxamento da custódia cautelar; no MÉRITO, a confirmação definitiva da ordem. A petição inaugural encontra-se instruída com documentos. OS AUTOS FORAM DISTRIBUÍDOS, NA FORMA REGIMENTAL DESTES SODALÍCIO, PELA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU, POR PREVENÇÃO, À LUZ DO ART. 160 DO RITJBA, CONFORME SE INFERE DA CERTIDÃO EXARADA, VINDO OS AUTOS CONCLUSOS PARA APRECIÇÃO DO PEDIDO FORMULADO NA EXORDIAL. O PEDIDO LIMINAR NÃO FOI CONHECIDO, em razão da ausência de prova pré-constituída – Id. nº. 48893161, na data de 18/08/2023, conforme fluxo eletrônico do gabinete desta Desembargadoria. Requisitadas as informações ao Juízo a quo, as quais foram prestadas e, em seguida, os autos foram encaminhados à Procuradoria de Justiça, que opinou pelo CONHECIMENTO PARCIAL e, na sua extensão, DENEGAÇÃO DA ORDEM – Id. nº. 49409116, na data de 18/08/2023, vindo os autos conclusos ao gabinete desta Desembargadoria, conforme se vê do fluxo em 21/08/2023. É o sucinto relatório. Encaminhem-se os autos à Secretaria, a fim de que seja o presente feito pautado, observando-se as disposições contidas no Regimento Interno deste Sodalício, inclusive no que tange a pedido de Sustentação Oral. Salvador/BA., data registrada em sistema. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma HABEAS CORPUS: 8037934–35.2023.8.05.0000 ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA CRIMINAL – 1ª TURMA IMPETRANTE/ADVOGADA: EDLENE ALMEIDA TELES DIAS ARGOLLO – OAB/BA 28620 IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA. PACIENTE: WELIGTON DOS SANTOS SILVA PROCURADORA DE JUSTIÇA: MÁRCIA LUZIA GUEDES DE LIMA VOTO Constata-se que razão não assiste à Impetrante, uma vez que, como se pode observar dos documentos carreados à exordial, bem como pelos informes judiciais prestados, a Ação Penal nº. 0500651–54.2020.8.05.0229, em razão da suposta autoria da prática delitiva tipificada no art. 121, § 2º, I (motivo torpe) e IV (de emboscada e recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido), do Código Penal Brasileiro, e art. 35 da Lei nº. 11.343/2006, na forma do art. 69 (concurso material) do Código Penal Brasileiro, encontra-se em regular tramitação perante o Juízo a quo, tendo em vista os fatos ocorridos em 18/07/2020, que levaram à morte de João Vitor Alencar dos Santos. O Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu Denúncia em desfavor do Paciente e do corréu, em 27/10/2020, tratando-se de ação penal que apura crime de homicídio triplamente qualificado, praticado em contexto de tráfico de drogas, trazendo a proemial, in verbis: “ Infere-se do apuratório policial em epígrafe que, no 18 de julho de 2020, durante a madrugada, nas imediações da Rua 11, ao lado do nº 78, bairro Alto Santo Antônio, nesta cidade, os denunciados EBSON e WELIGTON, sob as ordens de TIAGO, agindo em comunhão de desígnios, movidos de animus necandi, por motivo torpe, mediante emboscada e utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, efetuaram disparos de arma de fogo contra João Vitor Alencar dos Santos, pop. “Vitinho”, que foi a óbito no local. Exsurge do apuratório que, no dia supramencionado, os denunciados EBSON e WELIGTON, atuando sob as ordens do denunciado TIAGO (líder do “Bonde de Saj”), armaram uma emboscada para a vítima, com a finalidade

de matá-la, uma vez que esta supostamente estaria fornecendo informações para a facção rival, ‘‘Bonde do Maluco’’.Consta dos autos que, executando o plano arquitetado, o denunciado EBISON telefonou para a vítima e a convidou para consumir o entorpecente conhecido por ‘‘maconha’’.Ato contínuo, após a vítima sair de casa e dirigir-se à rua, os denunciados EBISON e WELIGTON, que já estavam à espera de João Vitor, sob as ordens de TIAGO, surpreenderam-no e, sem lhe conceder qualquer chance de reação, mediante vingança, deflagram, com animus necandi, diversos disparos de arma de fogo em sua direção, atingido-o principalmente na região da cabeça, ceifando-lhe a vida imediatamente. Infere-se dos autos que, após o crime, os denunciados empreenderam em fuga, encontrando-se, até o momento, em local incerto e não sabido. Destaca-se, ainda, que os denunciados são criminosos de alta periculosidade, integrantes da facção criminosa liderada por TIAGO, contumazes na prática de crimes, estando associados para o fim de praticar tráfico de drogas. Diante do exposto, observa-se que o crime foi praticado pelos denunciados mediante emboscada, de forma que impossibilitou a defesa da vítima, e por motivo torpe, uma vez que a vítima supostamente estaria fornecendo informações para a facção rival, ‘‘Bonde do Maluco’’. In casu, a Denúncia foi recebida em 19/01/2021, ocasião em que se determinou a citação do Paciente, que restou infrutífera, e dos corréus, tendo aquele constituído advogado e apresentou Defesa. O Paciente, após os fatos, não foi encontrado para ser citado e permaneceu em local incerto e não sabido até ser preso no dia 06/04/2021. Com efeito, a audiência de instrução foi designada para o dia 14/10/2021, a qual foi efetivamente realizada, sendo determinada nova data para continuação em 04/02/2022, que restou frustrada, porquanto os acusados não foram apresentados pelo presídio, ficando, então, redesignada para 16/02/2022 e, após isso, reagendadas para 20/05 e 14/06/2022. Ocorre que, atualmente, a audiência de instrução encontra-se agendada para o dia 21/08/2023, conforme se infere dos informes judiciais encaminhados a este Tribunal de Justiça da Bahia. Nessa esteira, constata-se que não há qualquer demonstração de morosidade na tramitação da demanda criminal perante o Juízo de Origem, notadamente porque o excesso de prazo há de ser aferido caso a caso, levando-se em conta os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade. Demais disso, somente a demora injustificada, decorrente de culpa ou desídia do Juízo a quo ou do Ministério Público do Estado da Bahia, devidamente comprovada, pode configurar a ilegalidade do cerceamento imposto, o que não se evidencia no caso em destaque. Nesse sentido: ‘‘Os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma aritmética dos mesmos, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada caso, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.’’ (STJ, HC nº 217027 / SP, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, Julgamento em 06/12/2011).(grifos nossos) Veja-se a remansosa jurisprudência dos tribunais pátrios, conforme os julgados abaixo: TJ-PE – Habeas Corpus HC 3775682 PE (TJ-PE). Data de publicação: 06/05/2015. Ementa: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO SIMPLES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUIZ. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. UNANIMIDADE. 1. O alegado excesso de prazo não pode ser considerado quando o feito tramita dentro dos parâmetros da razoabilidade.

2. A concessão de liberdade ao paciente no presente momento é providência que se afigura temerária, diante dos elementos até então acolhidos nos fólios, devendo ser considerado, outrossim, o posicionamento adotado pelo Juízo impetrado que, por estar mais próximo aos fatos e pessoas envolvidas, tem melhores condições de aquilatar sobre a necessidade da permanência do paciente no cárcere. 3. Habeas Corpus denegado, por unanimidade. (grifos nossos) TJ-PA – HABEAS CORPUS HC 201330201489 PA (TJ-PA).Data de publicação: 24/10/2013.Ementa: ementa: habeas corpus liberatório roubo majorado excesso de prazo processo com tramitação regular cartas precatórias princípio da razoabilidade qualidades pessoais irrelevantes ordem denegada decisão unânime. I. O atraso processual encontra-se justificado pelo princípio da razoabilidade. É cediço que os prazos indicados para a conclusão da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral para os magistrados, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência os tem mitigado, aplicando o princípio da razoabilidade às hipóteses em que o atraso não for provocado pela desídia estatal, como no caso em apreço. Sabe-se que o excesso de prazo não pode ser reconhecido tão somente em razão da soma aritmética dos prazos processuais previstos na fria letra da lei. Em casos como esse, em que a mora decorre do atraso no cumprimento de cartas precatórias, a jurisprudência tem reconhecido a aplicação do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ; II. As informações da autoridade inquinada coatora e do sistema de acompanhamento processual dão conta de que o processo tem tido trâmite normal, com audiência de instrução e julgamento agendada para data próxima; III. No que tange as qualidades pessoais, sabe-se que estas são irrelevantes para a concessão da ordem de habeas corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da preventiva. Deve-se, portanto, aplicar ao caso o princípio da confiança no juiz da causa, o qual por estar mais próximo as partes, tem melhores condições de valorar a necessidade da prisão cautelar do paciente; IV. Ordem denegada. A jurisprudência pátria vem se pronunciando no sentido de que, "quando reconhecido a complexidade da causa penal, de um lado, e o número de litisconsortes penais passivos, de outro, tais motivos podem, por si só, justificar eventual retardamento na conclusão do procedimento penal ou na solução jurisdicional do litígio, desde que a demora registrada seja compatível com padrões de estrita razoabilidade." (HC 105133, Relator (a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 26/10/2010, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 22-11-2010 PUBLIC 23-11-2010) Neste mesmo sentido, eis o entendimento do Suprema Corte de Justiça: "É certo que a inserção do inciso LXXVIII ao art. 5º da CF refletiu o anseio de toda a sociedade de obter resposta para solução dos conflitos de forma célere, pois a demora na prestação jurisdicional constitui verdadeira negação de justiça. Por outro lado, não se pode imaginar ação penal em que o provimento seja imediato. É característica de todo processo durar, não ser instantâneo ou momentâneo, prolongar-se. O processo, verdadeiro procedimento, implica sempre um desenvolvimento sucessivo de atos no tempo, característica mais notável do conceito de procedimento. Sobre o tema, registro, ainda, que é firme o entendimento deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que somente o excesso indevido de prazo imputável ao aparelho judiciário traduz situação anômala que compromete a efetividade do processo, além de tornar evidente o desprezo estatal pela liberdade (...)" (HC nº. 127160, Min. Gilmar Mendes. Segunda Turma, julgado em 03/11/2015, publicado em 19/11/2015). grifos nossos) Ressalte-se que, para o acolhimento do alegado excesso de prazo, a

morosidade no julgamento do processo deve ser injustificada, isto é, deve ser excessiva, considerando-se a complexidade e natureza da demanda, a quantidade de partes envolvidas, o grau de congestionamento dos juízos e tribunais etc.. Sopesados esses aspectos, não se pode concluir que há desídia do Juízo a quo em promover o andamento do processo, na medida em que o Magistrado está sempre atento às prioridades legais, devendo, inclusive, estabelecer plano de ação para resolução final da demanda. Logo, entende-se que deve haver uma maior flexibilização dos marcos prazais. Destarte, o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. CONCLUSÃO Diante do quanto exposto, em harmonia com Opinativo Ministerial, vota-se pela DENEGAÇÃO DA ORDEM. Sala de Sessões, data constante da certidão de julgamento. Desembargador JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA RELATOR